

por igual período, do engenheiro de máquinas de 1.ª classe Vítor Manuel Reis Cruz como chefe de divisão de Oficinas a partir de 1 de Setembro de 2007, nos termos dos artigos 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho.

A presente renovação da comissão de serviço fundamenta-se nos resultados da actividade até agora desempenhada, que evidencia a existência de aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das respectivas funções, conforme o relatório apresentado nos termos do disposto no artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

16 de Junho de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos, a Directora do Departamento, *Cristina Silva*.

2611023223

## CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

### Aviso n.º 11 513/2007

#### Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, pelos meus despachos de 11 de Maio de 2007, foram nomeados, nos termos do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os candidatos classificados nos concursos a seguir mencionados, abertos pelos avisos publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.ºs 45 e 46, de 5 e 6 de Março de 2007, tendo aqueles candidatos o prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso para assinar o respectivo termo de aceitação de nomeação:

Técnico superior de 1.ª classe (área de artes plásticas) — José Pedro Paiva Ruíz.

Técnico superior de biblioteca e documentação principal — Maria da Conceição Alves Rodrigues e Maria de Fátima Magalhães Gonçalves.

Técnico superior de contabilidade de 1.ª classe — Albertina da Silva Moreira.

Técnico superior de desporto de 1.ª classe — José Carlos Ribas da Silva Amaral.

Técnico superior de organização e gestão assessor — Marta Susana Gomes Moreira.

Técnico superior de relações internacionais principal — Pedro Miguel Rocha Esteves Rodrigues.

Técnico superior de relações internacionais de 1.ª classe — Rita Daniela Oliveira de Sousa, Marta Susana Barbosa Vieira e Susana Garnel Pinho.

Técnico superior de serviço social assessor — Maria Manuel Almeida Daniel.

Técnico superior de turismo de 1.ª classe — Sandra Helena Cardoso Campos.

Técnico de acção social escolar de 1.ª classe — Raquel Alexandra Silva Santos.

Técnico profissional de biblioteca e documentação principal — Natália Sofia Cristóvão Barreiros.

Guia-intérprete principal — Mário Álvaro Braga da Silva Aguiar.

Guia-intérprete de 1.ª classe — Alina Susana da Silva Paredes.

Técnico profissional de relações públicas especialista — Adriano José da Costa Freire.

Técnico profissional de relações públicas de 1.ª classe — Albina da Silva Fonseca de Lima, Elisa Maria Seabra Santos Leite, Paula Margarida da Silva Bermudes, Rosa Luísa Monteiro Martins Ribeiro, Sofia Maria Ribeiro Fernandes Cruz e Susana Paula Ribeiro Soares.

Técnico profissional de turismo de 1.ª classe — Eva Sofia Antunes de Azevedo Cavadas.

14 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Gonçalves Bragança Fernandes*.

2611023220

## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### Aviso n.º 11 514/2007

Decorridos os trâmites do procedimento de afectação do Centro de Estudos e Formação Autárquica, nos termos do preceituado nos artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho, que comunicou a aceitação de um lugar de assistente administrativo por parte da diplomada Joana Filipa Antunes Neto.

Assim, no uso da competência que me foi delegada pelo despacho n.º 3-PC/2005, de 4 de Novembro, do presidente da Câmara, nos termos do artigo 69.º, n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro,

com a alteração dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 5 de Janeiro, nomeio Joana Filipa Antunes Neto assistente administrativa, da carreira de administrativo, com o vencimento mensal correspondente ao escalão 1, índice 199, do quadro de pessoal deste município.

A diplomada deve aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Junho de 2007. — Por delegação de competências, o Vice-Presidente da Câmara, *José Manuel Saraiva Cardoso*.

2611023445

## CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

### Aviso n.º 11 515/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 11 de Junho de 2007, foram nomeadas para os lugares de assistente administrativo especialista Paula Margarida Pimentel Carreiro da Silva Magalhães, Sandra Isabel Lebre Cardoso Martins, Rosária Maria Silva Sorna Costa Pereira, Anabela Teresa Morgado Filipe e Ana Rosa Jardim Pereira, candidatas classificadas do 1.º ao 5.º lugar, respectivamente, no concurso interno de acesso limitado para provimento dos referidos lugares, aberto por aviso afixado nos serviços em 16 de Fevereiro de 2007.

Devem as mesmas aceitar os referidos lugares no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

12 de Junho de 2007. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Rosária Maria Soares Murça*.

2611023410

### Aviso n.º 11 516/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 11 de Junho de 2007, foram nomeados para os lugares de assistente administrativo principal Manuel Leonardo Madeira Brazão, Jorge Miguel Nobre Arroja, Susana Cristina Nascimento Lambranca, Cláudia Marina Branco Fernandes, Carla Cristina Políci Oliveira, Vera Sílvia Vieira Pinho e Rita Leonor Borges da Cruz Fernando, candidatos classificados do 1.º ao 7.º lugar, respectivamente, no concurso interno de acesso limitado para provimento dos referidos lugares, aberto por aviso afixado nos serviços em 16 de Fevereiro de 2007.

Devem os mesmos aceitar os referidos lugares no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

12 de Junho de 2007. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Rosária Maria Soares Murça*.

2611023390

### Aviso n.º 11 517/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 11 de Junho de 2007, foram nomeados para os lugares de operador de estações elevatórias de tratamento ou depuradoras principal Fernando Eduardo Isidro Patinha e Nuno Miguel Tita Candeias, candidatos classificados nos 1.º e 2.º lugares, respectivamente, no concurso interno de acesso limitado para provimento dos referidos lugares, aberto por aviso afixado nos serviços em 16 de Março de 2007.

Devem os mesmos aceitar os referidos lugares no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

13 de Junho de 2007. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Rosária Maria Soares Murça*.

2611023412

## CÂMARA MUNICIPAL DO MONTIJO

### Aviso n.º 11 518/2007

Para os devidos efeitos se faz público que, por meus despachos de 13 de Junho de 2007, no uso da competência que me é conferida pelo artigo 68.º, n.º 2, alínea a), do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foram nomeados os candidatos aprovados, Válder Miguel Silvestre Reis, Mário Manuel Correia Ângelo Silva e Raul Manuel Tanganho Chocalho, provenientes do concurso interno de acesso limitado para provimento de três lugares de operário qualificado principal, carpinteiro, aberto por despacho da presidente da Câmara de 11 de Janeiro de 2007.

A tomada de posse por parte dos nomeados deverá ter lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* (em cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro). (Isento de visto do Tribunal de Contas por, atento o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, as nomeações já não estarem sujeitas à fiscalização prévia daquele Tribunal.)

14 de Junho de 2007. — A Presidente da Câmara, *Maria Amélia Antunes*.

2611023387

## CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

### Aviso n.º 11 519/2007

Torno público que, por meu despacho de 11 de Junho do corrente ano, no uso das competências que me são delegadas através do despacho n.º 123/2005/P, de 3 de Novembro, nomeio, na categoria abaixo indicada, a candidata Jónia Olímpia Garrido dos Reis, aprovada em estágio na sequência do concurso externo de ingresso para um lugar de técnico estagiário com vista ao provimento de um técnico de 2.ª classe — bacharelato em Engenharia Civil (ramo de Topografia), pertencente ao grupo de pessoal técnico, posicionada no escalão 1, índice 295, a que corresponde o vencimento ilíquido de € 963,91.

A presente nomeação produzirá efeitos a partir do dia 15 de Junho do corrente ano. (Processo isento do visto do Tribunal de Contas — Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

14 de Junho de 2007. — O Vereador, em regime de permanência, *Carlos Alberto Silva Oliveira*.

2611023448

## CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DA BARCA

### Aviso n.º 11 520/2007

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 8 de Junho de 2007, se encontram abertos concursos externos de ingresso, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do aviso de abertura no *Diário da República*, para o provimento dos seguintes lugares pertencentes ao quadro de pessoal desta autarquia:

Referência A — duas vagas de fiel de armazém, da carreira de fiel de armazém, do grupo de pessoal auxiliar, a remunerar pelo escalão 1, índice 142, a que corresponde actualmente o vencimento de € 463,99;

Referência B — duas vagas de fiel de mercados e feiras, da carreira de fiel de mercados e feiras, do grupo de pessoal auxiliar, a remunerar pelo escalão 1, índice 142, a que corresponde actualmente o vencimento de € 463,99.

2 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelos Decretos-Leis n.ºs 247/87, de 17 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, e 353-A/89, de 16 de Outubro.

3 — Os concursos são de provimento e válidos para as vagas postas a concurso, caducando com o preenchimento das mesmas, tendo preferência em igualdade de classificação o candidato com deficiência, de acordo com a quota de emprego prevista no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

4 — Podem concorrer os indivíduos que reúnam os seguintes requisitos:

4.1 — Gerais — os constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

4.2 — Especiais — os constantes no n.º 2 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho.

5 — Conteúdos funcionais:

Referência A — o constante no n.º 12 da alínea e) do despacho n.º 38/88, do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, de 30 de Dezembro de 1988 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 26 de Janeiro de 1989;

Referência B — o constante no n.º 13 da alínea e) do despacho n.º 38/88, do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, de 30 de Dezembro de 1988 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 26 de Janeiro de 1989.

6 — Local de trabalho e condições de trabalho — o local de trabalho situa-se na área do concelho de Ponte da Barca, e as condições de trabalho são as genericamente vigentes na administração local.

7 — Métodos de selecção — o processo de selecção desenvolver-se-á em três fases:

7.1 — Prova escrita de conhecimentos, avaliação curricular e entrevista profissional de selecção nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho. Cada um dos métodos de selecção será avaliado na escala de 0 a 20 valores, resultando a classificação final da média ponderada da prova de conhecimentos, da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que na prova escrita de conhecimentos ou na classificação final obtenham classificação inferior a 9,50 valores, sendo obtida através da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(PC \times 2) + (AC \times 1) + (E \times 1)}{4}$$

em que:

CF = classificação final;

PC = prova escrita de conhecimentos;

AC = avaliação curricular;

E = entrevista profissional de selecção.

7.1.1 — A prova escrita de conhecimentos terá carácter eliminatório e visa avaliar os conhecimentos académicos e profissionais dos candidatos, bem como a sua capacidade de análise, de expressão e objectividade, terá a duração máxima de duas horas e versará matéria constante na seguinte legislação:

Referência A (fiel de armazém):

Constituição da República Portuguesa;

Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias e transferência de atribuições e competências para as autarquias locais (Leis n.ºs 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 159/99, de 14 de Setembro);

Carta Deontológica do Serviço Público (Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/93, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 64, de 17 de Março de 1993);

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local (Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro);

Regime de férias, faltas e licenças na administração local (Decretos-Leis n.ºs 100/99, de 31 de Março, 117/99, de 11 de Agosto, 70-A/2000, de 5 de Maio, 169/2006, de 17 de Agosto, e 181/2007, de 9 de Maio, e Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e 35/2004, de 29 de Julho);

Regime de realização das despesas de bens e serviços públicos com locação e aquisição, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e de serviços (Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho); e

Regulamento do sistema de controlo interno da Câmara Municipal de Ponte da Barca e regulamento de inventário e cadastro do património municipal da Câmara Municipal de Ponte da Barca;

Referência B (fiel de mercados e feiras):

Constituição da República Portuguesa;

Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias e transferência de atribuições e competências para as autarquias locais (Leis n.ºs 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 159/99, de 14 de Setembro);

Carta Deontológica do Serviço Público (Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/93, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 64, de 17 de Março de 1993);

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local (Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro);

Regime de férias, faltas e licenças na administração local (Decretos-Leis n.ºs 100/99, de 31 de Março, 117/99, de 11 de Agosto, 7-A/2000, de 5 de Maio, 157/2001, de 11 de Maio, 169/2006, de 17 de Agosto, e 181/2007, de 9 de Maio, e Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e 35/2004, de 29 de Julho);

Regime de realização das despesas de bens e serviços públicos com locação e aquisição, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e de serviços (Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho); e

Regulamento da feira quinzenal de Ponte da Barca, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 270, apêndice n.º 159, de 22 de Novembro de 2000.

7.1.2 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos, ponderando, de acordo com as exigências da função,